

1 ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA
2 HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, DE 2015, REALIZADA NO DIA VINTE E
3 CINCO DE AGOSTO DE DOIS MIL E QUINZE. Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de dois mil e
4 quinze, instalou-se a 2ª Reunião Extraordinária do Comitê de Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul -
5 CEIVAP, em Resende (RJ), com a **presença de 34 membros e 22 convidados** (conforme relação no final desta
6 ata); e com a seguinte **Ordem do Dia: 1 – Abertura da Sessão; 2 – Apresentação da Ordem do Dia; 3 –**
7 **Comunicados; 4 – Deliberação/Resolução conjunta CEIVAP/Guandu que dispõe sobre a alteração dos**
8 **dispositivos que estabelecem mecanismos referentes à cobrança pelas águas transpostas da Bacia do rio Paraíba**
9 **do Sul para a Bacia do rio Guandu; 5 – Participação da Sociedade Civil no ENCOB; 6 – Assuntos Gerais. 1 –**
10 **Abertura da Sessão** – Conferido o quórum, o Presidente do CEIVAP, Sr. André Corrêa (SEA/RJ)
11 cumprimentou todos os presentes e iniciou a reunião. **2 – Apresentação da Ordem do Dia** – O Sr. André
12 Corrêa (SEA/RJ) releu a ordem do dia e perguntou se a plenária estava de acordo com a pauta proposta, não
13 havendo manifestação, foi dado andamento à reunião. **3 – Comunicados** – Não havendo comunicados, o
14 Presidente do Comitê deu andamento colocando o quarto item da pauta em discussão. **4 –**
15 **Deliberação/Resolução conjunta CEIVAP/Guandu que dispõe sobre a alteração dos dispositivos que**
16 **estabelecem mecanismos referentes à cobrança pelas águas transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul**
17 **para a Bacia do rio Guandu** – A Sra. Maria Aparecida Vargas (Energisa Soluções SA) fez um breve resumo
18 cronológico dos fatos expondo que o determinado tema vem sendo discutido no âmbito do Comitê e já foi
19 pedida a prorrogação de prazo ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) algumas vezes, inclusive
20 em dezembro de 2015 vence pela quarta vez o prazo. Relatou que anterior à lei do Estado do Rio de Janeiro, que
21 estipulou os 15% da arrecadação da cobrança do Guandu como pagamento, já havia sido discutido junto com a
22 metodologia da cobrança, uma forma de viabilizar a cobrança do CEIVAP para Guandu. É uma cobrança
23 diferenciada, onde se tem uma transposição para gerar energia, onde é feito um pagamento pelo uso da água
24 através da compensação financeira, recurso esse que também por lei é repassado para Agência Nacional de
25 Águas (ANA) para manutenção do sistema de recursos hídricos. Contou que o INEA e a ANA uniram esforços
26 por uns dois anos para conseguir achar um mecanismo que viabilizasse a referida cobrança. A cobrança já
27 estava instituída no Guandu, mas não existia um mecanismo que conseguisse fazer com que o Guandu
28 repassasse o recurso, até que se achou o mecanismo e recurso começou a ser repassado. Disse que a lei do
29 estado do Rio foi republicada, conseguiram alterar, e ficaram a mercê dos 15% previstos em lei. Comentou que
30 o CEIVAP não tinha o que fazer, ou acompanhavam a lei ou não tinha a cobrança, visto que uma deliberação do
31 Comitê jamais conseguiria passar por cima de uma lei estadual. Conseguiram mudar a lei estadual colocando a
32 brecha de que essa cobrança poderia ser alterada desde que houvesse um acordo feito entre os dois comitês de
33 bacia envolvidos, CEIVAP e Guandu. Informou que desde então sempre tem acontecido coisas que
34 interrompem o processo, tornando a situação insustentável, considerando que o último prazo era em dezembro.
35 A Sra. Maria Aparecida Vargas (Energisa Soluções SA) falou que a Comissão Especial Permanente de
36 Articulação do CEIVAP e do Comitê Guandu foi reconstituída e vem discutindo uma proposta que pudesse
37 atender o interesse dos dois Comitês. A Comissão consolidou uma proposta inicial, que começava com uma
38 cobrança progressiva, iniciando com 10% a mais e chegando a mais 20%. Essa proposta foi encaminhada para o
39 Comitê Guandu, e este apresentou recentemente uma contra proposta prevendo um aumento de 5%, mantendo
40 da forma como o Grupo vem discutindo, com investimento em projetos, e além dos 5% de aumento, ele também
41 iria investir recursos na escola de projetos do CEIVAP. A nível de informação, falou que no Guandu, 70% tem
42 que ser investido em saneamento, 10% repassado ao INEA, 10% de custeio das Agências. Colocou que a
43 questão é que se tem a rubrica orçamentária e não se consegue trazer isso para a bacia. A cobrança dá
44 instrumentos, mas não vai resolver a questão da quantidade e qualidade de recursos hídricos na bacia. Salientou
45 que houve acordo entre a Comissão, cujos dois Comitês fazem parte, para consolidação da proposta inicial, e
46 depois de passar pela câmara técnica e plenária do Comitê Guandu surgiu essa nova proposta em cima da
47 proposta inicial. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida) disse que enviou uma carta aberta,
48 como representante da ONG O Nosso Vale! A Nossa Vida, a toda a sociedade. Relatou que assumiu a
49 coordenação da Comissão juntamente com a posse da vice-presidência do CEIVAP, acompanhou o processo de
50 perto, e diversas vezes as reuniões da Comissão foram postergadas pela impossibilidade de participação do
51 Comitê Guandu. Paralelo a isso a AGEVAP foi a todos os comitês de bacia, nos quais exerce função de agência
52 de bacia, explicando os mecanismos e o processo da cobrança dos 15%. Citou que há uma Nota Técnica,
53 elaborada pela ANA, a respeito dos mecanismos de cobrança no Guandu e o repasse para a bacia do rio Paraíba
54 do Sul, para o CEIVAP, enquanto Comitê Federal. Relatou que em fevereiro de 2015, em uma reunião com
55 todos os membros da Comissão, consolidaram uma proposta que previa 25% de investimentos em projetos, para
56 construir melhor qualidade e quantidade de água na bacia. Essa proposta foi enviada para o Guandu, existem
57 cartas encaminhadas ao Guandu que não obtiveram repostas formais. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (O Nosso
58 Vale! A Nossa Vida) continuou falando que a coordenadora da Câmara Técnica do CEIVAP encaminhou uma
59 carta às diretorias do CEIVAP e Guandu solicitando reunião. No dia em que essa reunião foi realizada a

60 Comissão consolidou outra proposta, sem a participação de todos os membros, diferente da consolidada
61 anteriormente. Contou que neste dia passou a coordenação da Comissão para a Sra. Maria Aparecida Vargas.
62 Expôs que a proposta apresentada na presente reunião não passou pela Câmara Técnica do CEIVAP, veio do
63 Comitê Guandu. Havia uma reunião da CTC do CEIVAP marcada antes dessa ocasião para discussão da nova
64 proposta apresentada pelo Guandu, porém, a reunião foi desmarcada as vésperas. Salientou que, a seu ver, votar
65 nessa proposta não vai contribuir para a bacia. O Sr. Sandro Honório (Comissão Ambiental Sul/MEP)
66 mencionou que existem discussões sendo feitas em Volta Redonda desde 2011, onde o único movimento social
67 que fez ato contra a transposição foi a Comissão Ambiental Sul. Comentou que atualmente eles estão discutindo
68 a questão do segundo reservatório de água da CEDAE. Pontuou que se não tiver reflorestamento na região, não
69 vai ter água para mandar para o Rio de Janeiro. Citou que o Guandu não dá conta de abastecer todo o Estado do
70 Rio de Janeiro. Concluiu falando que o sul do Estado não está pedindo nada mais que o evidente, apenas que o
71 recurso financeiro venha para suprir a necessidade. A Sra. Rita Souza (Educa Mata Atlântica) concordou com a
72 fala do Sr. Sandro Honório, acrescentando que todo mundo sabe da precariedade e das necessidades que região
73 tem. Ressaltou que a decisão apresentada na reunião foi do Comitê Guandu, não passou pela Câmara Técnica do
74 CEIVAP, e pela ordem, um Comitê não pode tomar a decisão por dois. O Sr. André Marques (AGEVAP)
75 ressaltou que a Comissão é composta por membros dos dois Comitês, CEIVAP e Guandu. O Sr. João Gomes
76 Siqueira (UENF) expôs seu ponto de vista falando que essa Comissão foi muito bem elaborada, todos os
77 Comitês foram convidados para composição, juntamente com os outros integrantes, a discussão foi muito sadia,
78 e infelizmente a proposta inicialmente consolidada não foi aclamada porque a maioria convergiu para a proposta
79 do Comitê Guandu. Como Comitê Baixo Paraíba do Sul, discorda da proposta apresentada na presente ocasião,
80 está registrado em ata, mas democraticamente ela foi aceita na Comissão. Mencionou que toda crise traz saldo
81 positivo, e essa fez repensar a gestão de recursos hídricos e gestão ambiental, repensar e rediscutir. Opinou
82 dizendo que a proposta aqui apresentada é injusta a seu ver, e deve-se chegar ao consenso, seja rediscutido ou
83 encaminhado para a CTC do CEIVAP. A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté) citou que a questão de prazos não é
84 um assunto fácil, existem muitos desafios, onde o maior deles é o pacto, que não está acontecendo. Disse que
85 pela forma como foi conduzido esse processo não existiu um pacto. Falou que a Nota Técnica da ANA não foi
86 encaminhada para a plenária, e destacou o aspecto da questão jurídica de aplicação de recursos, não existe base
87 legal para aplicar só no estado do Rio de Janeiro, o texto da deliberação está inadequado. Sobre a questão de ser
88 discutido ou não na CTC, disse que o pacto se constrói com a discussão de aspectos. O CEIVAP só tem uma
89 instância consultiva, sua Câmara Técnica, e esse assunto não passou por essa Câmara. Expôs sua opinião
90 dizendo que não é questão de que todo assunto tenha que passar pela CTC, mas esse deveria passar. Concluiu
91 sua fala ressaltando que não há subsídios, na presente reunião, para aprovar a deliberação. A Sra. Inês Pandeló
92 (Ass. Mulher Cidadania Ambiente) relatou que como Deputada seu tema prioritário era bacia do rio Paraíba do
93 Sul e ela esteve presente, várias vezes, para lutar contra a transposição, inclusive junto com a Comissão
94 Ambiental Sul. Citou que o objetivo principal é a preservação da bacia. Disse que é importante respeitar as
95 instâncias de tomada de decisão, não adianta discutir o assunto na plenária se este não passou por todas
96 instâncias que deveria ter passado. Falou também que é importante que o Comitê Guandu entenda que se não
97 investir na bacia do rio Paraíba do Sul, não vai ter no que investir na bacia do rio Guandu. Mencionou que por
98 enquanto é mais questão de qualidade, mas daqui a pouco vai ser quantidade. A Sra. Moema Versiani disse que
99 para que essa proposta passe pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI), o CEIVAP e o Comitê
100 Guandu tem que entrar em acordo. Sobre as Notas Técnicas, disse que a da ANA ressaltou aspectos
101 hidrológicos, enquanto a do INEA valorizou os processos. Resgatou que em 2005 deliberaram os mecanismos,
102 em 2011 entrou em vigor, e essa é uma oportunidade de alterar e testar uma nova proposta, ver se funciona na
103 prática. Como representante do INEA, está de acordo com os 5%, desde que a negociação fique aberta. O Sr.
104 André Corrêa (SEA/RJ) declarou que não acompanhou a discussão técnica da Comissão, mas a seu ver, poderia
105 ter tido um encaminhamento político para essa questão e não houve. Disse que, em sua opinião, é justo que o
106 Comitê Guandu contribua cada vez mais com o CEIVAP, esse princípio é legítimo; porém, postergar a decisão
107 não vai ajudar, visto que pode ser dado um passo a frente. Colocou que sua sugestão é aprovar essa deliberação
108 no formato apresentado pelo Guandu, e conversar para continuar avançando. É indispensável uma discussão
109 para avançar na proposta, mas os 5% já significa um passo sendo dado. Colocou-se a disposição para contribuir
110 no processo, mapear os interesses, alinhar e avançar. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida)
111 explicou que a proposta que a Comissão construiu começaria a ser paga em 2017, e esse formato passou pela
112 CTC do CEIVAP, dos 25% gradativo. Essa proposta está no Guandu desde fevereiro de 2015, e não cabe a
113 plenária do CEIVAP aprovar uma proposta que veio do Guandu, que nem sequer passou pela CTC do CEIVAP.
114 O Sr. Rutnei Morato Erica (SOAPEDRA) mencionou que houve uma reunião entre os membros da sociedade
115 civil dos três estados, e o segmento não está de acordo com a proposta apresentada nessa deliberação. A
116 sugestão é que volte a discussão para a Comissão e para as instâncias dos Comitês para que haja um debate
117 democrático e consciente. A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté) salientou que a Comissão precisa de subsídios e
118 para isso seria interessante uma Nota Técnica da ANA sobre as diretrizes para implementação dos instrumentos

119 e as regras para a questão da transposição. A Sra. Ana Maria de Gouvêa (Prefeitura de Piquete) disse estar de
120 acordo com que essa proposta seja discutida no âmbito da CTC do CEIVAP. Destacou que o problema é uso e
121 reservação, prioridade do uso da água, que é prioritária para o abastecimento humano. O Sr. Virgílio Furtado da
122 Costa (AMPAR) destacou que a bacia tem dois rios Paraíba, um para cima de Vigário e outro para baixo de
123 Vigário. Disse que os Comitês mineiros querem ter uma conversa com o Presidente do CEIVAP em relação ao
124 rio Paraíba de Vigário para baixo. Dada a discussão e todas as manifestações registradas pela plenária, o Sr.
125 André Corrêa (SEA/RJ) retirou o item da pauta e colocou um prazo de 30 dias para que a nova proposta passe
126 pela Câmara Técnica do CEIVAP e seja encaminhada para a Comissão Especial novamente. **5 – Participação**
127 **da Sociedade Civil no ENCOB** – O Sr. Deivid Lucas de Oliveira (FIEMG) sugeriu que o CEIVAP abra
128 precedente para outros segmentos, além da sociedade civil, que queiram participar do ENCOB recebendo ajuda
129 de custo Comitê. O Presidente do CEIVAP mencionou que serão estabelecidos critérios para analisar as
130 indicações dos representantes das instituições que manifestarem interesse em participar do evento, e possibilite
131 esse tipo de participação custeada pelo CEIVAP. Não havendo manifestações contrárias, o Sr. André Corrêa
132 (SEA/RJ) solicitou que os representantes que tiverem interesse em participar do evento, sendo custados pelo
133 Comitê, enviem sua indicação para a AGEVAP. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CEIVAP
134 agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, tendo a presente ata sido lavrada por mim, Raíssa Galdino,
135 secretária ad hoc, e depois de aprovada, foi assinada pelo Presidente do CEIVAP, Sr. André Corrêa, e pela
136 Secretária, Sra. Maria Aparecida Vargas.

137
138
139 **Resende, 25 de agosto de 2015**

140
141
142
143 **André Corrêa**
144 **Presidente do CEIVAP**

Maria Aparecida Vargas
Secretária do CEIVAP

145 146 147 **LISTA DE PRESENÇA**

148 **Membros do CEIVAP**

149
150 **MINAS GERAIS – Poder público:** Joaquim Arildo (SEAPA/MG), Virgílio Furtado da Costa (AMPAR);
151 **Usuários:** Renato Bernardes da Silva (DEMSUR), Deivid Lucas de Oliveira (FIEMG), Cláudio Luis Dias
152 Amaral (Agro-Indústria Reserva das Gerais), Maria Aparecida Vargas (Energisa Soluções SA), Antônio José
153 Francisco (Consórcio do Rio Muriaé).

154
155 **SÃO PAULO – Poder público:** Marcos Martinelli (Sec. Est. De Agricultura e Abast.), Fabrício Cesar Gomes
156 (Sec. Est. de Saneamento); **Usuários:** Benedito Felipe Oliveira Costa (SABESP), Camila Reggiani da Silva
157 (FIBRIA), Danielle Lopes Bacelar (CIESP Jacareí), Zeila Piotto (CIESP Taubaté); Maria Aparecida Cabral
158 (Tremembé Indústrias Químicas), Maria Inez Capps (EMBRAER), João Marcelino da Silva (Sind. Rural de
159 Monteiro Lobato); **Organizações Cívicas:** Rutnei Morato Erica (SOAPEDRA), Elias Adriano dos Santos (Assoc.
160 Desportiva e Cultural dos Moradores do Centro Urbano de Queluz), Laurentino Gonçalves Dias Jr. (Fundação
161 Cristiano Rosa), Suelde Prado (Vale Verde), Tereza Cristina Brazil de Paiva (USP – Escola de Eng. de
162 Lorena), Luiz Roberto Barretti (ABES/SP).

163
164 **RIO DE JANEIRO – Poder público:** André Corrêa (SEA/RJ), Eliane Barbosa (INEA/RJ), Lívia Soalheiro
165 (INEA/RJ), Moema Versiani (INEA/RJ), Daniela Vidal (Prefeitura de Volta Redonda), Waldemiro B. de
166 Andrade (Prefeitura de Barra do Piraí), Juvenal de Souza B. Neto (Prefeitura de Areal); **Usuários:** Marcelo
167 Carvalho (Eletrobrás Furnas), (FIRJAN), Alexandre Silveira (Light Energia); **Organizações cívicas:** Roberto
168 Machado de Oliveira (Instituto Rio Carioca), Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida), Evandro
169 Rodrigues de Brito (ABES/RJ), João Gomes Siqueira (UENF).

170 **Convidados**

171
172
173
174 Ana Raquel da Cunha Ferreira (Prefeitura de Barra do Piraí), Cláudia Maria Ramos (Prefeitura de Barra do
175 Piraí), Walker Ferraz (CBH-PS), Adilson Trindade (USP), Edimar Xavier (INEA/SUPMEP), Paulo Diniz
176 (ONS), Inês Pandeló (Ass. Mulher Cidadania Ambiente), Reginaldo Lopes (Sec. Meio Ambiente BM), Vinicius
177 Novello (Holística do Brasil), Rita Souza (Educa Mata Atlântica), Sandro Honório (Comissão Ambiental

178 Sul/MEP), Rodrigo Marques (Tribunal de Contas da União), Eduardo Martins Filho (Tribunal de Contas da
179 União), Luiz Henrique Galerani (SEA/INEA), Carlos Pereira (SEA), Diogo Balm (HME), Eduardo de Araújo
180 (IGAM), José Arruda da Silva (CEDAE), Maria Elizabete Costa (CEDAE), Leonardo Moreira e Silva (ALERJ),
181 Marcelo Sanchez (Jornalista), André Marques (AGEVAP), Aline Alvarenga (AGEVAP), Daiane Santos
182 (AGEVAP), Luis Felipe Cunha (AGEVAP), Gabriela Andrade (AGEVAP), Raíssa Galdino (AGEVAP).

183

184

185 **Resende, 25 de agosto de 2015**